



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, 898 – Centro, Palotina – Estado do Paraná
Fone (44) 3649-7800 CEP 85950-000 CNPJ: 76.208.487/0001-64



LEI COMPLEMENTAR Nº 173

Institui o Programa de Incentivo Conciliatório de Recuperação Fiscal, estabelece mecanismos de celeridade no pagamento de débitos judiciais impostos ao Município de Palotina e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Palotina, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo Conciliatório de Recuperação Fiscal em Palotina.PR, destinado a promover a regularização de créditos do Município relativos a impostos, taxas e contribuições de melhoria, lançados até 31 de dezembro de 2019, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não

Parágrafo 1º: O parcelamento do débito deverá ser requerido pelo contribuinte, interessado, responsável ou representante legal do devedor, não podendo ser objeto de novo parcelamento ou reparcelamento as dívidas que já tenham sido parceladas.

Parágrafo 2º: Fará jus ao parcelamento o contribuinte cujo valor consolidado do débito acrescido de multa e juros não ultrapasse a soma de R\$4.000,00 (quatro mil reais) até a data de 31/12/2019.

Art. 2º Os créditos tributários de que trata o Art. 1º poderão ser pagos á vista ou em parcelas mensais e sucessivas, da seguinte forma:

I – com redução de 90% (noventa por cento) do valor da multa e dos juros de mora, para pagamento a vista;

II – com redução de 70% (setenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora, para pagamento em até 06 (seis) parcelas;

III – com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora, para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

IV – com redução de 30% (trinta por cento) do valor da multa e dos juros de mora, para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

§ 1º O pagamento das parcelas ocorrerá através de boletos bancários perante as instituições financeiras autorizadas e estabelecimentos conveniados, observando-se o prazo de dois dias úteis para o recolhimento da primeira parcela após o ato do parcelamento;



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, 898 – Centro, Palotina – Estado do Paraná
Fone (44) 3649-7800 CEP 85950-000 CNPJ: 76.208.487/0001-64



§ 2º A emissão de certidão positiva com efeito de negativa somente ocorrerá após o pagamento da primeira parcela;

§ 3º O valor mínimo das parcelas será de 70,00 (setenta reais);

§ 4º No caso do débito tributário encontrar-se inscrito em dívida ativa e ser objeto de cobrança judicial, ocorrerá a suspensão do processo até a quitação do parcelamento, mantendo-se eventuais arrestos e penhoras;

§ 5º A opção pelo parcelamento não exclui a responsabilidade do contribuinte pelos débitos acessórios decorrentes da tramitação do processo judicial, na forma prevista pelo Art. 2º, da Lei Estadual nº 6.149/1970.

Art. 3º A adesão ao parcelamento implica:

- I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;
- II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos com relação aos débitos fiscais parcelados;
- III – suspensão da ação executiva até o pagamento integral do parcelamento;
- IV – a ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas situações de ações de execução fiscal pendentes;
- V – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.

Art. 4º A adesão ao parcelamento será realizada:

- I – através de formulário próprio e distinto por modalidade de tributo;
- II – assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes específicos;
- III – mediante instrução com:
 - a) Documento de identificação e CPF no caso de pessoa física ou documentos constitutivos em se tratando de pessoa jurídica;
 - b) Instrumento de mandato com poderes específicos no caso de representante legal;
 - c) Documentos comprobatórios do endereço atual, bem ainda da posse ou propriedade do imóvel em se tratando de dívida imobiliária;
 - d) Cláusula que o contribuinte assuma a responsabilidade pelo pagamento dos débitos acessórios previstos no Art. 2º da Lei Estadual nº 6.149/1970.

Art. 5º As parcelas objeto do parcelamento que forem pagas após o vencimento sujeitar-se-ão a juros de mora e correção monetária sobre o atraso, de acordo com o Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 81/2006.

Art. 6º Constitui causa para exclusão do contribuinte do REFIS, com consequente revogação do parcelamento:

I – o atraso no pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas ou 05 (cinco) parcelas alternadas, relativas ao parcelamento realizado de acordo com a presente lei complementar;

II – o descumprimento dos termos da presente lei complementar, ou de qualquer intimação ou notificação efetuada para seu cumprimento;



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, 898 – Centro, Palotina – Estado do Paraná
Fone (44) 3649-7800 CEP 85950-000 CNPJ: 76.208.487/0001-64



III – a decretação da falência ou recuperação judicial do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;

IV – a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária pelo pagamento do parcelamento;

V – a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita por parte do contribuinte optante.

Parágrafo Único: O cancelamento do parcelamento implicará a exigência imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da execução fiscal já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 7º O disposto nesta lei não enseja a restituição ou compensação de valores já recolhidos.

Art. 8º Fica o Município de Palotina, autorizado a firmar Termo de Compromisso com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para a realização de conciliação, mediação e transação de débitos fiscais, ajuizados ou não, através do CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – CEJUSC e ainda perante outras entidades para suporte técnico ou estrutural visando a realização de atividades de atendimento e operacionalização em conformidade com o Art. 32 da Lei nº 13.140/2015.

§ 1º Nas demandas de competência do CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – CEJUSC, o Município de Palotina será representado por servidor, possibilitando após prévia manifestação por um de seus procuradores judiciais, realizar a conciliação, transação, deixar de recorrer ou desistir de recursos interpostos e concordar com a desistência do pedido;

§ 2º As ações de execução fiscais ajuizadas a partir da vigência da presente lei, poderão, antes de determinada a citação prevista no Art. 8º da Lei nº 6.830/1980, serem encaminhadas ao CEJUSC, para realização de audiência de tentativa de conciliação, mediação e transação, mediante solicitação por parte da Fazenda Pública Municipal ou contribuinte;

Art. 9º A Fazenda Pública Municipal, através do setor tributário perante a Secretaria Municipal de Finanças, poderá conceder de ofício o parcelamento.

Parágrafo Único: As propostas de parcelamento poderão ser oferecidas através do CEJUSC, por via postal, e-mail ou outra forma a ser viabilizada e a adesão dar-se-á nos termos desta lei, sendo disponibilizado o sistema “1doc” de protocolo.

Art. 10 A realização do parcelamento não ensejará acréscimo de acessórios, os quais somente ocorrerão após a propositura de medidas judiciais, observando nestes casos as decisões



Município de Palotina

Rua Aldir Pedron, 898 – Centro, Palotina – Estado do Paraná
Fone (44) 3649-7800 CEP 85950-000 CNPJ: 76.208.487/0001-64



proferidas pelos referidos Juízos, em especial os princípios e a legislação vigente, especialmente o Art. 2º da Lei Estadual nº 6.149/1970; Art. 85 da Lei nº 13.105/2015 e Lei nº 13.327/2016, recepcionado no âmbito local.

Art. 11 As citações recebidas pela Fazenda Pública Municipal nos processos em geral ocorrerão de forma eletrônica conforme o Art. 246 da Lei nº 13.105/2015.

Art. 12 Fica alterado o Art. 2º da Lei Municipal nº 3.109/2012 e definido o correspondente a 2 (duas) vezes ao maior benefício pago pelo regime geral de previdência social como limite máximo para os pagamentos das obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º, do Art. 100, da Constituição Federal.

Art. 13 O Poder Executivo Municipal poderá fixar através de decreto, eventuais normas necessárias de procedimento para execução da presente lei complementar.

Art. 14 Ficam vedados de usufruir dos benefícios do parcelamento previsto por esta lei os ocupantes de cargos eletivos, cargos em comissão e servidores municipais que atuem nos setores fiscais ou de arrecadação.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, alterando especificamente o previsto no Art. 2º, da Lei Municipal nº 3.109/2012.

Paço Municipal “Luiz Ângelo De Carli”,
Em, 18 de setembro de 2020.

Jucenir Leandro Stentzler
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Eliza Sigron de Andrade
Secretária Municipal de Administração

Órgão Oficial "Jornal do Oeste"
Toledo - PR 20/09/20 Pg. 13
Edição 10.322

Publicado no site www.palotina.pr.gov.br
em diário oficial eletrônico do dia

21/09/20 Edição nº 2081